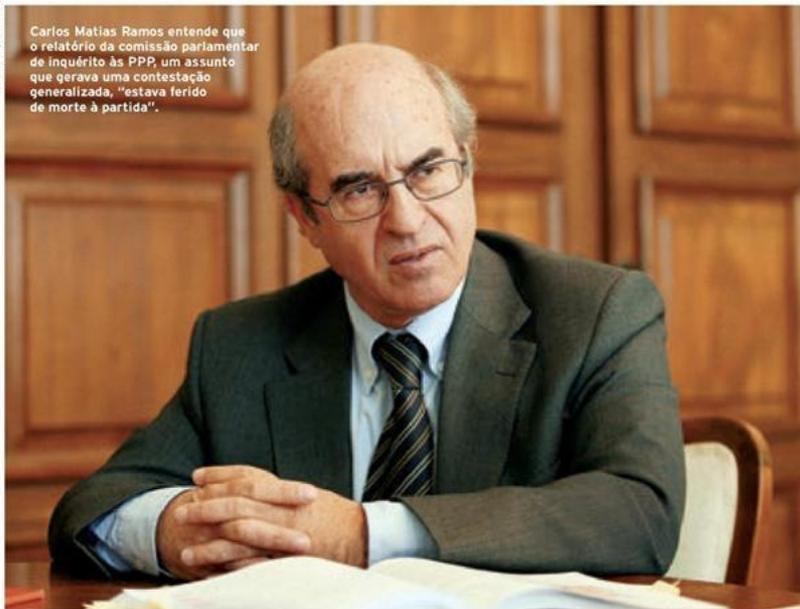


Paulo Figueiredo

Carlos Matias Ramos entende que o relatório da comissão parlamentar de inquérito às PPP, um assunto que gerava uma contestação generalizada, "estava ferido de morte à partida".



Ordem dos Engenheiros quer menos PPP mas critica inquérito da AR

Infra-estruturas Carlos Matias Ramos defende que quando o risco gera incertezas muito grandes, a PPP não é a opção certa para o Estado.

Nuno Miguel Silva
nuno.silva@economico.pt

O bastonário da Ordem dos Engenheiros (OE), Carlos Matias Ramos, defende maior contenção e rigor na opção por contratos de PPP – Parcerias Público-Privadas no futuro. “Os contratos de PPP têm de ser poucos e bons, de acordo com uma estratégia claramente definida, porque já se sabe, o barato sai caro”, sublinha, em declarações ao Diário Económico. “Quando o grau de risco pode estar associado a incertezas muito grandes, não devemos avançar para a opção das PPP”, insiste.

De acordo com dados recolhidos por Carlos Matias Ramos em diversas fontes, como o Observatório PPP da Universidade Católica, Portugal é o país com maior envolvimento e gastos neste tipo de contratos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a cerca de 11%. A proliferação deste tipo de contratos levou a um total de, pelo menos, 120 PPP resultantes de concessões negociadas pelo Estado central, sem incluir as existentes ao nível da Administração Local.

Recorrendo à recomendação do Tribunal de Contas, de 2005, o bastonário considera que “a opção PPP apenas se justifica quando se revelar vantajosa em confronto com o comparador do sector público, ou seja, quando a configuração do modelo de parceria se apresente

para o parceiro público com vantagens relativamente a formas alternativas de alcançar os mesmos fins”.

Para Carlos Matias Ramos, a distribuição de riscos é o grande problema no ‘dossier’ das PPP, destacando-se entre os riscos, os de projecto e de construção, os de exploração e os financeiros. “Surge aqui o grande problema da partilha precisa de riscos, aspecto só possível com

“

O processo das PPP está mal explicado ao País e a sua relevância é tão grande que merece uma apresentação séria que não suscitasse quaisquer dúvidas.

Carlos Matias Ramos
Bastonário da Ordem dos Engenheiros

um Estado muito forte e capaz de em condições de igualdade e de autoridade defender o sector público, face à relevância de grande exigência no processo de avaliação, controlo e gestão desses riscos”, defende.

“As PPP são uma realidade com grande encargo na despesa pública: não podem, nem devem ser diabolizadas, dado que resultaram de decisões políticas, no sentido de dotar o País de infra-estruturas, muitas delas correspondendo a serviços básicos que constituem funções do Estado e correspondem a necessidades efectivas das populações”, acrescenta ainda.

O bastonário entende que é profundamente negativo que o tema das PPP tenha passado “a constituir uma verdadeira arma de arremesso político, que se tornou ainda mais evidente com o recente relatório da comissão parlamentar de inquérito às PPP”. “O relatório devia ser suportado por uma equipa independente e só depois ser analisado na Assembleia da República. Nem que seja o melhor relatório do mundo, este relatório de 500 e tal páginas, cujo relator é o deputado Sérgio Azevedo, é um documento que está eivado de dúvidas, tendo sido elaborado no âmbito da Assembleia da República, por um certo ou certos partidos, e que terá sempre a oposição dos outros partidos”, realça o mesmo responsável. ■